

Gerardo Alagel



Zambiasi (E) conversa com Renan Calheiros, presidente do Senado, antes de relatar ao Plenário resultados da reunião em Córdoba

## Zambiasi: Parlamento do Mercosul é prioridade

O senador Sérgio Zambiasi, que participou em Córdoba, Argentina, da 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, afirmou ontem que

retorna ao país com “a missão de instalar o Parlamento do Mercosul” ainda este ano. O protocolo de criação do órgão legislativo já foi aprovado pelo Paraguai e

precisa ainda receber o voto favorável dos congressos do Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela. Zambiasi é presidente *pro tempore* da comissão. **Página 3**

Moreira Matiz



Para Maciel, o poema “não deixa morrer a esperança” de um país menos injusto

## Marco Maciel lembra os 50 anos do poema *Morte e Vida Severina*

Os 50 anos de publicação do poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, foram saudados por Marco Maciel. Para o senador, a situação do Nor-

deste relatada pelo poeta melhorou, “mas está muito aquém do que poderia”. Assim mesmo, acrescenta, João Cabral “não deixa morrer a esperança”. **Página 8**

## Prazo maior para reclamações de consumidores

Plenário deve analisar, durante o esforço concentrado de votações no período pré-eleitoral, proposta que estende o prazo

máximo para que consumidores registrem reclamação por defeitos em produtos e serviços adquiridos. **Página 6**

J. Freitas



Senadores da Comissão de Justiça apreciam modificações no Código Civil

## Direito de visita e guarda dos filhos em pauta na CCJ

Comissão vota, em agosto, projetos que tratam da regulamentação do direito de visita aos filhos de pais separados e da guarda compartilhada. **Página 6**

## CPI vai notificar mais 33

Parlamentares acusados pelo empresário Vedoin, sócio da Planam, deverão apresentar a defesa por escrito

A CPI dos Sanguessugas divulgou ontem os nomes de mais 33 parlamentares acusados pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin de participação no esquema de compra superfaturada

de ambulâncias. Todos serão notificados e terão cinco dias para apresentar defesa por escrito. O corregedor do Senado, Romeu Tuma, solicitou à CPI cópia dos depoimentos contra os senadores acusados. **Página 5**



Primeiras semanas de agosto e setembro serão de esforço concentrado para senadores

Proposta de Tasso Jereissati beneficia produtores de mudas, sementes, sêmen e embriões, além de consórcios, condomínios, parcerias e arrendamentos de terras

## Ampliação de beneficiários de crédito rural deve ir a voto

Tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) projeto (PLS 265/03), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para incluir entre os beneficiários do crédito rural os produtores de mudas, sementes, sêmen para inseminação artificial e embriões. A proposta beneficia ainda as pessoas e empresas dedicadas à pesca artesanal e a atividades extrativistas não predatórias.

Os arrendatários de terras, parceiros, consórcios e condomínios de produtores rurais, além de quilombolas e indígenas, também serão favorecidos pelo projeto. A proposta deverá ser votada ainda em agosto pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Na justificativa, Jereissati afirma que o projeto amplia o crédito rural e ajuda a reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias. Ele argumenta



Segundo Tasso Jereissati, iniciativa busca reduzir insegurança inerente a arrendamentos e parcerias

que isso ocorrerá com o reconhecimento dos arrendatários e parceiros, que possuem contrato agrário formalizado, como beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Os contratos agrários, na opinião do senador, apesar de serem suficientemente regulamentados pela legislação brasileira, não são tão populares, ao contrário do que ocorre em países como Índia, Paquistão e Malásia.

Jereissati afirma que o excesso de contratos informais, reconhecidos como válidos pelo Estatuto da Terra, traz insegurança tanto para os proprietários de terra como para os arrendatários.

“Para os proprietários, há o risco de que os arrendatários

venham pleitear junto à Justiça o pagamento de direitos trabalhistas, e também o risco para a própria propriedade da terra, haja vista a grande pressão pela reforma agrária existente nas regiões tradicionais de arrendamento”, afirmou Jereissati. Para os arrendatários, o risco se deve à possibilidade de descumprimento do contrato, graças ao poder político dos proprietários de terra, acrescentou o senador.

## Criação de seguro educacional na pauta da CE

Projeto de lei que cria o Seguro Educacional encontra-se na Comissão de Educação (CE) e pode ser incluído na pauta para ser votado na próxima reunião, prevista para o início de agosto. A proposta (PLS 226/02), de autoria do então senador Carlos Bezerra, tem a finalidade de auxiliar o estudante a pagar mensalidades quando ele perder o emprego e não puder mais arcar com as despesas escolares. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA),

apresentou parecer favorável à proposta, que será também examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, o seguro também pode ser estendido ao responsável pelo pagamento das despesas escolares, quando a mensalidade não for paga pelo próprio estudante. Nesse caso podem ser segurados os riscos por morte, invalidez permanente ou temporária, total ou parcial, ou perda da renda do responsável.

O autor ressalta na justificativa da proposta que todas as modalidades de ensino presentes na iniciativa privada podem ser objeto de seguro educacional.

Também poderá ser apreciado o PLS 128/06, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que altera a Medida Provisória 2.178-36/01, para incluir estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

## Novas regras para aplicação de tratados internacionais na CRE

Projeto de lei com a finalidade de estabelecer normas em relação aos tratados internacionais em que o Brasil seja parte encontra-se na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e poderá ser votado na próxima



Antero Paes de Barros

reunião da comissão, prevista para o início de agosto. A proposta (PLS 98/06) foi apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para estipular regras sobre conclusão, execução, integração, eficácia, aplicabilidade, interpretação e término da validade desses tratados.

A Lei de Tratados – como o autor denominou a proposição – visa abordar a aplicação de acordos internacionais de proteção dos direitos humanos dos quais o Brasil participe e ainda os tratados regionais e de integração, além das normas gerais aplicáveis aos tratados internacionais, conforme explicou Paes de Barros na justificativa do projeto.

O autor ressaltou ainda que a proposta foi apresentada na forma de lei complementar porque também vai tratar da aplicação dos acordos internacionais em relação

a assuntos tributários. Antero Paes informou que a Constituição exige essa modalidade legislativa quando o tema regulamentar matéria tributária.

– Os equívocos históricos que vêm ocorrendo no Brasil, desde a época do Império, envolvendo a aplicação dos tratados internacionais, têm aumentado a cada dia, muitas vezes por falta de conhecimento teórico dos nossos próprios tribunais superiores. Há a necessidade de sistematizar a aplicação dos tratados no Brasil – observou.

De acordo com a proposição, hoje é proibida a ratificação de tratados internacionais que contrariem a forma de celebração estabelecida pela Constituição. No entanto, de acordo com o projeto, se o procedimento tiver sido observado, poderão ingressar no ordenamento jurídico nacional tratados cujas matérias sejam contrárias à Carta Magna.

O relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou substitutivo ao projeto, que será também analisado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário será aberto às 14h

Sessão plenária do Senado será realizada às 14h. De caráter não-deliberativo, ela é destinada a debates entre os parlamentares e a comunicados de lideranças partidárias e da Mesa diretora. Não haverá votação de projetos. Todos os trabalhos do Plenário são transmitidos pela Rádio e TV Senado, além da cobertura em tempo real pela Agência Senado.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Romeu Tuma e Flexa Ribeiro e pela senadora Heloísa Helena

## Mesquita Júnior quer envolvimento dos estados para fortalecer o bloco

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem, em pronunciamento no Plenário, o engajamento das regiões e dos estados brasileiros na discussão para o fortalecimento do Mercosul.

Segundo ele, os interesses do bloco internacional para o Brasil deveriam ir além do “clube do bolinha” – conforme denominou os estados do Sul e ainda São Paulo, que promovem no Mercosul ações regionais patrocinadas por fortes federações, como a das indústrias de São Paulo (Fiesp).

Integrante da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, presidida pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Mesquita Júnior lembrou que, ao ser convidado para o colegiado, alimentava poucas expectativas em relação ao grupo continental composto por Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, e, mais recentemente,



Mesquita Júnior critica ações promovidas por São Paulo e pelos estados da região Sul

pela Venezuela, que fez sua adesão plena ao bloco há um mês.

No entendimento de Mesquita Júnior, após a entrada da Venezuela, país próximo à fronteira com o Acre, regiões distantes como a Amazônia passaram a vislumbrar grandes interesses para sua integração econômica com o restante do Brasil.

## Motta sugere ampliação do comércio entre Brasil e Taiwan

João Batista Motta (PSDB-ES) enalteceu a capacidade de crescimento de Taiwan e sugeriu que o Brasil incremente relações comerciais com aquele país. Na sua avaliação, por manter ligações diplomáticas com a ilha, também conhecida como Formosa – cuja posse é reivindicada pela República Popular da China, que a considera uma “província rebelde” –, o Brasil teria maior oportunidade de intensificar o intercâmbio econômico, uma vez que os dois países não são concorrentes no mercado internacional.

O senador ressaltou que Taiwan fabrica uma infinidade de itens sem produzir matéria-prima, que é toda importada. São produtos, conforme frisou, que vão de bugigangas a peças de alta tecnologia, estas últimas fabricadas em parques industriais que absorvem os alunos e docentes das universidades e cérebros locais, visando dar maior diversidade à sua exportação.

Motta salientou que Taiwan tem apenas 36 mil quilômetros quadrados e uma população de 28 milhões de



Capacidade de crescimento da ilha é elogiada por João Batista Motta

habitantes, com uma renda *per capita* anual de US\$ 14 mil.

– É uma área cinco vezes menor que o município de Altamira, no Pará, por exemplo. Toda sua produção é calcada na pesquisa científica-tecnológica, uma vez que a ilha não tem sequer espaço físico agricultável – enfatizou o senador.

Taiwan foi constituída em 1949, depois que o presidente da China, Chiang Kai-Shek fugiu para a ilha, após a vitória da revolução comunista de Mao Tsé Tung. Chiang permaneceu como chefe do governo de Taiwan até morrer, em 1975.

Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador promete empenho para cumprir data estabelecida no protocolo de criação do novo órgão

## Parlamento do Mercosul será instalado em 2006, diz Zambiasi

A 27ª reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada semana passada em Córdoba, na Argentina, foi relatada ontem em Plenário pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A seção-Brasil, presidida por Zambiasi, assumiu a direção *pro tempore* da comissão. A luta pela criação do Parlamento do Mercosul até 31 de dezembro, assegurou o deputado, será a sua grande missão.

– Retorno ao país e a esta Casa imbuído da missão de instalar o Parlamento do Mercosul dentro do prazo previsto no protocolo – disse o senador.

Para instalar o parlamento, explicou Zambiasi, é preciso aprovar o protocolo nas casas legislativas dos países-membros – Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai, sendo este último o único que cumpriu o requisito até agora.

No Brasil, o protocolo deve ainda ser acolhido pela Comissão de Justiça e pelo Plenário da Câmara dos Deputados, antes de ser remetido ao Senado Federal. Zambiasi informou também que a criação do parlamento recebeu



Zambiasi espera também aprovação do Fundo para Convergência Estrutural

o apoio da União Européia.

O parlamentar destacou outras iniciativas aprovadas na reunião, como a recomendação para que os países-membros coordenem suas ações e seus organismos para o combate ao trabalho infantil. Também foi acatada uma agenda de trabalho para o segundo semestre sobre integração fronteiriça, com a realização de dois seminários, o primeiro em agosto, em Porto Alegre, e o segundo em setembro, em Montevidéu (Uruguai).

No encontro foi divulgado o Comunicado Conjunto dos

Presidentes, com o compromisso de viabilizar a aprovação, ainda este ano, do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em tramitação no Congresso Nacional. A declaração incorporou ainda a proposta argentina de criação do Banco de Desenvolvimento do Mercosul, para financiar projetos de infra-estrutura.

Em seu pronunciamento, Sérgio Zambiasi salientou o trabalho do senador Efraim Morais (PFL-PB), que, na função de 1º secretário do Senado, coordena o Interlegis.

Zambiasi ressaltou a importância da Comunidade Virtual do Legislativo, especialmente após a aprovação do Parlamento do Mercosul, que permitirá a integração “desde a Patagônia até o Caribe, passando pela Venezuela”. O parlamentar também lembrou o trabalho do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Em aparte, o senador Efraim Morais afirmou que apenas continuou o trabalho iniciado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) no Interlegis.

## Para Saturnino, críticas visam favorecer a Alca

Ao registrar a realização no último fim de semana, em Córdoba, Argentina, da primeira reunião de cúpula do Mercosul com a presença do novo país-sócio, a Venezuela, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) rebateu reportagens sugerindo que o bloco econômico sul-americano esteja decadente. Para ele, tais notícias são patrocinadas pelos que querem o fim do Mercosul para que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) possa ressurgir como a única forma de viabilizar os países da América do Sul.

– Ao contrário de quase tudo o que sai na nossa imprensa criticando o Mercosul e anunciando sua dissolução, a reunião reafirmou o propósito de integração e desenvolvimento de projetos importantes de integração física e nas áreas de transporte e energia, especialmente a construção de um gasoduto, que interessa a todos os países do continente.



Saturnino rebate reportagens sugerindo a decadência do bloco sul-americano

A participação na reunião de cúpula do Mercosul, pela primeira vez, de representantes da sociedade civil organizada, foi considerada pelo senador como demonstração de que a população dos países envolvidos está consciente da importância do sucesso do bloco econômico. Ele também saudou a eleição do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

como presidente da comissão que viabilizará a implementação do parlamento sul-americano.

Saturnino também analisou a suspensão da chamada Rodada de Doha, depois do fracasso da tentativa de acordo com relação a tarifas e subsídios agrícolas. Ele reconheceu que a atitude dos Estados Unidos e dos países europeus, que inviabilizaram o sucesso da negociação, é compreensível, já que estão apenas defendendo seus interesses.

– Nós brasileiros não soubemos defender os nossos. Desde o governo Fernando Collor foram abertas as barreiras de proteção da nossa economia de forma indiscriminada e sem compensação. Isso prosseguiu até que chegou o governo do presidente Lula, que está procurando no aprofundamento da integração com os países sul-americanos uma forma de defesa econômica mais confiável – enfatizou.

## Projeto de Flexa Ribeiro dilata prazo para municípios elaborarem plano diretor até final de 2007

O prazo para municípios aprovarem seus planos diretores pode ser prorrogado até o final de 2007, caso projeto de lei de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) seja aprovado. A proposta (PLS 93/06) poderá constar da pauta da próxima reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR), a quem cabe decisão terminativa.

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), o referido prazo encerra-se este mês. A elaboração do plano diretor, segundo o estatuto, é obrigatória para todos os municípios que possuam mais de 20 mil habitantes ou que integrem regiões

metropolitanas ou aglomerações urbanas.

Flexa Ribeiro considera que os procedimentos fixados no estatuto para a elaboração do plano diretor do município determinam ampla participação social. Dessa forma, no seu entendimento, é necessário prazo mais dilatado para que os

municípios cumpram a determinação legal, pois o processo de constituição do plano diretor exige mediação de conflitos, além de aporte técnico.

Flexa destacou que a Constituição de 1988 tratou pela primeira vez da questão urbana. Naquela época, três quartos da população brasileira já estavam

nas cidades. O senador ressaltou ainda que o plano diretor, segundo a Constituição, é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e também o modelo de cumprimento da função social da propriedade por contribuir para combater a ociosidade do solo urbano.

Senadora nega denúncia publicada pela imprensa de que teria ligação com o grupo classificado por ela como "turma de mafiosos e bandidos"

## Serys refuta envolvimento na compra ilegal de ambulâncias

Ao discursar ontem em Plenário, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) refutou denúncia publicada pela imprensa de que estaria envolvida com a chamada máfia das ambulâncias, investigada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. A senadora lamentou que, nos últimos dois meses, venha sendo acusada de ter ligações com o grupo, que ela classificou como "turma de mafiosos e bandidos".

Serys Slhessarenko disse ser favorável às investigações da CPI e lembrou que foi uma das primeiras parlamentares a assinar o requerimento de criação da comissão. Ela ressaltou a importância da CPI para desvendar as denúncias que estão sob sua investigação.

A senadora negou que tenha sido a autora de duas emendas parlamentares beneficiando o município de Pontes Lacerda (MT) – uma delas no valor de R\$ 300 mil – para a construção de



Gerardo Magela

Serys lembra que foi uma das primeiras parlamentares a assinar o requerimento de criação da CPI

um posto de saúde, e outra para a construção de um anel viário.

Serys também refutou a acusação de irregularidades na apresentação de emenda parlamentar para asfaltamento de ruas envolvendo uma construtora que seria ligada a seu genro.

– Essa construtora não existe. Nunca ninguém da minha família

interferiu na minha atuação partidária e política. É inadmissível querer colocar meu nome junto a essa turma de empresários e parlamentares bandidos. Não vão me colocar junto não – disse.

A senadora aproveitou para informar que enviará um relatório à Corregedoria Parlamentar do Senado com explicações acerca de tais acusações. Ela disse ainda que os sigilos bancários, telefônicos e fiscais dela e de seus filhos estão à disposição da Justiça e da Polícia Federal (PF).

Em apartes, os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Ideli Salvatti (PT-SC), Roberto Saturnino (PT-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), Heloísa Helena (PSOL-AL) e João Batista Motta (PSDB-ES) prestaram solidariedade e elogiaram a postura de Serys Slhessarenko.

## Alvaro: só investimento em infraestrutura evitará "apagão" logístico

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem, em Plenário, que o Brasil pode sofrer nos próximos anos "um verdadeiro apagão logístico" caso os investimentos em infraestrutura no país continuem escassos. O senador disse que o país necessita investir US\$ 26,7 bilhões anuais, mas contou com apenas R\$ 4,7 bilhões em 2005. Em sua avaliação, a falta de investimentos pode comprometer, a médio prazo, a infraestrutura nacional nos mais diversos setores.

– O que há é o descaso do Executivo e a ausência de visão estratégica na gestão do Estado – opinou.

O senador ressaltou que os setores de energia elétrica, transporte, saneamento, petróleo, gás e telecomunicações são os que mais estão sendo afetados pela falta de recursos, o que, considera o parlamentar, pode comprometer as exportações nacionais em breve. Ao comentar a situação da infraestrutura no Paraná, Alvaro



Gerardo Magela

Alvaro vê descaso do Executivo e ausência de visão estratégica na gestão do Estado

Dias ressaltou que a precariedade das ferrovias no estado eleva os custos do transporte em cerca de 75%.

## Agripino responsabiliza câmbio pelo fim da produção de barrilha

José Agripino (PFL-RN) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o homem da auto-suficiência do petróleo mas também é o mesmo que zerou a produção da barrilha no país. Em pronunciamento feito ontem, o senador apontou a valorização do real diante do dólar como a causa da interrupção do funcionamento da Companhia Nacional de Álcalis (CNA), localizada em Arraial do Cabo (RJ), única produtora de barrilha da América do Sul.

Utilizada principalmente na produção de vidro e tinta, a barrilha, explicou Agripino, é um pó granulado feito de calcário e sal. A fábrica da CNA no Rio de Janeiro importava o sal do Rio Grande do Norte, o calcário de Minas Gerais e utilizava o gás do gasoduto da Bolívia. O senador explicou que, com a queda do dólar, as empresas passaram a importar a barrilha de outros países a preços menores que os cobrados pela Álcalis. Por isso, a produção foi interrompida.

O Rio Grande do Norte, explicou José Agripino, teria condições de produzir barrilha a preços competitivos, independentemente da cotação do dólar. A Alcanorte, fábrica cuja construção foi iniciada há cerca de 30 anos e



Moreira Alariz

Agripino: pó granulado feito de calcário e sal é utilizado na produção de vidro e tinta

nunca foi ativada, está localizada a 15 quilômetros das salinas de Macau, município responsável pela produção de 99% do sal brasileiro. O calcário pode ser encontrado no terreno da própria empresa e o gás natural está na cidade de Guamaré, a 40 quilômetros de Macau.

– Por uma sucessão de azares, a Alcanorte hoje é um grande cemitério que dá dor de ver. São pilares, peças de concreto, tubulações e equipamentos que seriam a fábrica que daria a auto-suficiência de barrilha ao país. O empresário que adquiriu a Alcanorte na privatização, um homem decente, entrou em dificuldade financeira e dela não saiu – lamentou o senador.

**Conheça o Senado Federal.**  
**Você também vai se encantar.**

"...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador"  
**Oscar Niemeyer**

2ª a 6ª feira  
 Manhã - 9h30 10h30 11h30  
 Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados  
 10h 11h 12h 13h 14h

www.senado.gov.br

Número de parlamentares investigados pela comissão de inquérito sobe para 90. Segundo o presidente da CPI, os novos citados serão notificados a partir de hoje

## Corregedoria pede documentos para iniciar investigação das denúncias

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), apresentou ontem requerimento ao presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), para que envie com urgência à Corregedoria os depoimentos e provas contra os senadores envolvidos nas denúncias sobre a máfia das ambulâncias. Depois de analisar os documentos, Tuma pretende ouvir os funcionários e parentes citados como participantes do esquema de uso de recursos públicos na compra de ambulâncias para municípios com preços superfaturados, para só então solicitar explicações aos parlamentares.

– A Corregedoria vai abrir investigação contra os parlamentares somente após comprovar a participação deles no esquema, com base em evidências e provas – afirmou Tuma, que desde o início dos trabalhos da CPI Mista, no dia 22 de junho, está coletando informações.

O senador disse que não se referiu nominalmente aos senadores citados.

– Não poderia fazer isso antes de analisar os depoimentos por inteiro. Se, de fato, houver indícios de crime, enviarei os processos ao Conselho de Ética imediatamente. Não há porque segurar até o dia 18 de agosto [data provável da apresentação do primeiro relatório] – ressaltou.

### Comunicação

Membro da CPI dos Sanguessugas, Tuma acredita que poderia haver mais reuniões e transmissão de informações aos integrantes da comissão, que, segundo ele, em muitos casos estão tomando conhecimento do andamento das investigações por meio da imprensa.

– Se é verdade que já há provas contra pelo menos oitenta parlamentares, esses nomes deveriam estar sendo enviados aos respectivos conselhos de Ética para adiantar os trabalhos – observou.



Corregedor do Senado, Tuma pretende analisar os documentos, ouvir funcionários e parentes envolvidos, para só então solicitar explicações aos parlamentares citados

## CPI dos Sanguessugas divulga nomes de mais 33 envolvidos

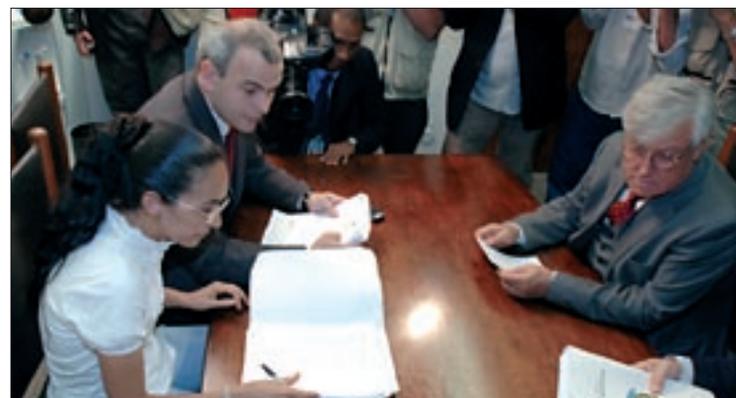
O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), divulgou, no fim da tarde de ontem, os nomes de mais 33 parlamentares apontados pelo empresário Luiz Antonio Trevisan Vedoin como envolvidos no esquema de compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras a partir de emendas ao Orçamento da União. Vedoin, sócio da empresa Planam, é apontado como um dos chefes da máfia das ambulâncias.

Com a nova lista, o número oficial de investigados pela comissão sobe para 90 parlamentares com mandato.

Antonio Carlos Biscaia informou ainda que, na próxima semana, os sub-relatores realizarão diligências e que essas informações, somadas às explicações dos parlamentares, irão para as pastas eletrônicas que estão sendo elaboradas. Ele acredita que este trabalho estará concluído até o dia 4 de agosto.

– Nosso prazo fatal, que é 18 de agosto, será cumprido – garantiu.

Diante da dúvida apresentada pelos jornalistas quanto ao total de investigados pela CPI dos Sanguessugas, Biscaia explicou que o número que vem sendo divulgado, o qual ele preferiu não mencionar, envolve ex-parlamentares, e que eles também terão a oportunidade de prestar seus esclarecimentos. O deputado ponderou, no entanto, que o fato de seus nomes não



Amir Lando (D), Heloisa Helena e o deputado Júlio Delgado participam de reunião na comissão de inquérito e discutem novas informações sobre a compra de ambulâncias

Parlamentares a serem notificados pela CPI	
<b>Deputados</b>	João Magalhães (PMDB-MG)
Adelcor Vieira (PMDB-SC)	Jonival Lucas Junior (PTB-BA)
Agnaldo Muniz (PP-RO)	Jorge Pinheiro (PL-DF)
Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ)	Josias Quintal (PSB-RJ)
Benjamin Maranhão (PMDB-PB)	Josué Bengston (PTB-PA)
Carlos Dunga (PTB-PB)	Marcondes Gadelha (PSB-PB)
Carlos Nader (PL-RJ)	Marcos de Jesus (PFL-PE)
Celcita Pinheiro (PFL-MT)	Nilton Baiano (PP-ES)
Cesar Bandeira (PFL-MA)	Paulo Gouvêa (PL-RS)
Cleuber Carneiro (PTB-MG)	Paulo Magalhães (PFL-BA)
Coronel Alves (PL-AP)	Ricardo Rique (PL-PB)
Érico Ribeiro (PP-RS)	Robério Nunes (PFL-BA)
Feu Rosa (PP-ES)	Saraiva Felipe (PMDB-MG)
Gilberto Nascimento (PMDB-SP)	Wellington Roberto (PL-PB)
Helenildo Ribeiro (PSDB-AL)	
Heleno Silva (PL-SE)	<b>Senadores</b>
Ildeu Araújo (PP-SP)	Magno Malta (PL-ES)
João Grandão (PT-MS)	Serys Shhessarenko (PT-MT)
<b>Total:</b>	<b>33 parlamentares</b>

estarem sendo divulgados pela CPI não significa que esses ex-parlamentares não serão

mencionados no relatório final, caso se conclua que isso venha a ser necessário.

## Novos parlamentares citados serão notificados hoje e terão 5 dias para apresentar defesa

Em entrevista após reunião de trabalho realizada ontem pela CPI dos Sanguessugas, o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), anunciou que os 33 parlamentares citados serão notificados a partir de hoje.

– Com essas novas notificações, além das outras 57 já feitas, a CPI dos Sanguessugas centra suas investigações em 90 nomes – concluiu Biscaia, ao afirmar ainda que vai fazer um “grande esforço” para apresentar um relatório conclusivo dessa primeira fase de investigações até o dia 9 de agosto e não mais

no dia 18, como havia previsto o relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO). Os 33 parlamentares citados, assim como os outros 57, terão cinco dias úteis para encaminhar suas defesas por escrito para a CPI.

Dos novos nomes, 31 são deputados e dois são senadores: Serys Shhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES). Segundo o presidente da CPI, entre os 31 deputados consta ainda o nome do ex-ministro da Saúde José Saraiva Felipe (PMDB-MG), acusado de facilitar o esquema de compras superfaturadas de ambulâncias no período em que esteve à frente da

pastas, entre julho de 2005 e março deste ano.

Questionado sobre a denúncia de que Magno Malta teria utilizado um carro comprado pela máfia dos sanguessugas, Biscaia afirmou que a reportagem sobre o assunto “fechou uma cadeia para que o senador seja incluído no relatório”.

– Não é possível que um político utilize um carro por empréstimo durante um ano de qualquer empresa, ainda mais da Planam, que é uma quadrilha – disse. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Magno Malta afirmou que o Fiat Ducatto que utilizou por mais de

um ano não era de Luiz Antônio Trevisan Vedoin, mas sim do deputado Lino Rossi (PP-MT), que teria participado da compra ilegal de ambulâncias.

### Vedoin

Na reunião de ontem, os membros da CPI dos Sanguessugas também resolveram ouvir o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, apontado como um dos líderes da máfia das ambulâncias. O empresário, que estava preso em Cuiabá, já foi solto depois de prestar um longo depoimento de nove dias à Polícia Federal e se colocar à disposição da Justiça para mais esclareci-

mentos. Num primeiro momento, os parlamentares haviam decidido que o depoimento de Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Polícia Federal era suficiente para a comissão parlamentar mista de inquérito.

– Precisamos esclarecer com Vedoin alguns pontos obscuros do depoimento dele – afirmou o presidente da CPI, que ainda não fixou data e local para a oitiva.

A comissão discutiu ainda a hipótese de chamar para depor o ex-ministro da Saúde Humberto Costa, mas essa decisão ficou para uma outra fase, de acordo com Biscaia.

Projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor foi aprovado na Câmara e, se acolhido no Senado, vai estender regras de proteção para compra de produtos usados

## Prazo para reclamação sobre produtos pode ser ampliado

Os consumidores podem ganhar prazo mais amplo para registrar reclamação por defeitos em produtos e serviços adquiridos. Prevista para ser examinada no Plenário durante o esforço concentrado de votações no período pré-eleitoral, nas primeiras semanas de agosto e setembro, a proposta, já aprovada na Câmara, estende de 30 para 60 dias o prazo máximo de reclamação no caso de bens e serviços não-duráveis. Quando se tratar de produtos e serviços duráveis, o período máximo pode passar de 90 para 180 dias.

O PLC 134/05 propõe outra inovação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC, instituído pela Lei 8.078/90): o reinício da contagem do prazo para reclamação a partir da data em que o problema seja solucionado pelo fornecedor. Se aprovada a proposta, as compras de produtos usados também passam a ser regidas pelos mesmos mecanismos de proteção contidos no código.

No Senado, o projeto já passou pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde o parecer à matéria incorporou duas emendas do relator, o senador Valdir Raupp ((PMDB-RO)). Uma das alterações ao projeto, sugerida pelo deputado Celso Russomano (PP-SP), esclarece que o reinício da contagem



O projeto manda reiniciar contagem de prazo depois de solucionada primeira reclamação

de prazos para nova reclamação alcança apenas a parte do produto que foi substituída ou a porção do serviço novamente executada.

O novo prazo de reclamação, no entanto, permanece limitado

ao período original da garantia legal. Além disso, o projeto estabelece que sua renovação será controlada por meio da nota fiscal emitida pelo serviço autorizado pelo fabricante.

### Orçamento impositivo volta à pauta em agosto

Depois de ser aprovada em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) que obriga o presidente da República a executar o Orçamento da União votado pelo Congresso volta a ser examinada pelo Plenário na primeira semana de agosto. Se acolhida pelo Senado, a PEC do orçamento impositivo segue para a Câmara.

A proposta, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pretende imputar ao presidente da República a prática de crime de responsabilidade no caso de descumprimento do



Aprovada em primeiro turno, a PEC de Antonio Carlos ainda divide senadores

orçamento aprovado. O presidente até poderá fazer alterações na lei orçamentária, como contingenciamento e cancelamento de verbas, mas terá de enviar ao Congresso um pedido de alteração com justificativas econômicas e financeiras. Os parlamentares terão 30 dias para analisar as mudanças e, se não se manifestarem, passam

a valer as alterações sugeridas pelo Executivo.

A matéria ainda divide opiniões entre opositoristas e governistas. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), votou pela aprovação, mas quer mudanças na Câmara para que a implantação da medida seja gradual e estendida aos governos municipais e estaduais. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), acredita que o orçamento impositivo será um avanço nas relações entre Executivo e Legislativo, exigindo maior responsabilidade do Congresso ao aprovar um orçamento que será, de fato, cumprido.

O orçamento impositivo é parte do acordo de líderes para o esforço concentrado no período pré-eleitoral.



Proposta de Edison Lobão, apresentada em 1999, tem parecer favorável da CCJ



Em substitutivo, Suplicy sugere novas regras para elaboração do Orçamento

## Projeto obriga Executivo a informar detalhes sobre incentivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota em agosto, em caráter terminativo, projeto (PLS 397/99) do senador Edison Lobão (PFL-MA) que determina que sejam explicitados os setores econômicos e regiões beneficiadas por incentivos do governo.

Dispositivo do artigo 165 da Constituição estabelece que o projeto de lei orçamentária deverá ser acompanhado do demonstrativo regionalizado, mas a redação, segundo o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é "reconhecidamente imprecisa, confusa e redundante". O projeto vem, justamente, detalhar a questão.

Suplicy apresentou substitutivo que define as regras para elaboração do demonstrativo, por região, dos efeitos de isenções, anistias, subsídios e benefícios tributários, financeiros e creditícios sobre

receitas e despesas.

O relator sugere que a Lei de Diretrizes Orçamentárias traga demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividades e macro-regiões: os benefícios tributários, por tributo e contribuições; os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito; a metodologia adotada na elaboração; quadros analíticos comparativos com o detalhamento previsto nas execuções; estimativas dos benefícios tributários e financeiros; e explicações sobre eventuais diferenças entre valores estimados e realizados.

A proposta explicita ainda o que é benefício tributário e estabelece regras sobre deduções, anistia e isenção. Prevê ainda a publicação dos novos demonstrativos juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária.

## Comissão analisará direito de visita e guarda compartilhada dos filhos

Nova regulamentação do direito de visita para pais e mães que não possuam a guarda dos filhos está pronta para votação em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seu projeto (PLS 356/04), o senador César Borges (PFL-BA) sugere que pai ou mãe que se sentir prejudicado poderá requerer ao juiz que lhe assegure o exercício dos direitos estabelecidos na lei, quando houver oposição injustificada por parte do cônjuge que tiver a guarda dos filhos.

Para Borges, não há proteção para o pai ou a mãe que enfrenta resistência do outro, que detém a guarda da criança, ainda que a lei assegure o direito de visita, bem como o direito de fiscalizar sua manutenção e educação, segundo acordo ou determinação do juiz.

O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), apóia a proposta e ofereceu apenas emenda de redação, para abranger casos em que a guarda do menor esteja com avós ou tios.

Tramita também na CCJ, proje-



César Borges sugere mecanismo para pai ou mãe prejudicado reclamar a juízo

to de lei da Câmara (PLC 58/06) que institui, no Código Civil, a "guarda compartilhada" dos filhos pelos pais em caso de separação judicial ou divórcio.

A proposta define "guarda compartilhada" como "o sistema de co-responsabilização dos pais dos direitos e deveres decorrentes do poder familiar para garantir a guarda material, educacional, social e de bem-estar dos filhos".

Autor do projeto, o ex-deputado Tilden Santiago argumenta que a "guarda compartilhada" já vem sendo apontada como a melhor solução e deveria ser a regra.

## Para Flexa Ribeiro, governo Lula segue "Decálogo de Lênin"

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comparou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as recomendações que este deverá seguir em sua campanha à reeleição, elaboradas pela própria coordenação de campanha e pelos integrantes do governo, ao "Decálogo de Lênin". Tais regras, escritas em 1913 pelo líder comunista, trazem ações táticas para a tomada do poder.

Segundo Flexa Ribeiro, o decálogo recomenda, por exemplo, a "infiltração e o controle dos veículos de comunicação", e o governo Lula, para o parlamentar, estaria agindo da mesma forma. Como exemplo, o senador tucano lembrou a tentativa de criação do Conselho Nacional de Jornalismo

e de expulsão do jornalista norte-americano Larry Rohter.

O senador também citou a regra do decálogo sobre o uso do dinheiro público, e acusou o governo de ter dominado a máquina pública.

Flexa Ribeiro disse ter se inspirado, para fazer seu discurso, em artigo assinado pelo ex-senador Hélio Gueiros.



Flexa Ribeiro cita proposta de criação de conselho de jornalismo como exemplo

## Luiz Otávio quer ajuda federal contra assalto a barcaças

Luiz Otávio (PMDB-PA) anunciou ter se reunido com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para discutir formas de combater os assaltos a barcaças na região da Amazônia, que são um dos principais meios de transporte de produtos como minério de ferro, bauxita e petróleo, entre outros.

Segundo o senador, o ministro encaminhou o assunto ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e convocou o apoio da Marinha, do governo do estado do Pará e de todo o aparato de segurança pública para investigar o assunto.

Rios e portos, além das próprias embarcações, têm sofrido violências e assaltos a mão armada.

– Temos que defender nossos trabalhadores da navegação fluvial e até a população ribeirinha – disse Luiz Otávio.

O senador relatou também audiência realizada com o ministro da Fazenda, Guido Mantega,

e com o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall. Nesse encontro, foi discutido o aumento de verbas para a Marinha. Luiz Otávio parabenizou o trabalho da bancada paraense na busca de soluções e recursos para investimento no estado.

– Vamos continuar juntos, independentemente das questões eleitorais – afirmou.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva edite medida provisória para a liberação de recursos aos estados como compensação pela renúncia fiscal resultante da Lei Kandir.



Segurança de trabalhadores e população ribeirinha preocupam Luiz Otávio

Em tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, projeto perdoa ou repactua dívidas de agricultores cujas safras tenham sido prejudicadas por alterações climáticas

## Efraim pede aprovação de benefício a pequeno produtor

Efraim Morais (PFL-PB) pediu ontem em pronunciamento no Plenário a aprovação de projeto de lei do Senado de sua autoria que trata do perdão ou repactuação de dívidas de pequenos produtores rurais cujas safras tenham sido prejudicadas por fenômenos climáticos.

O senador informou que a matéria (PLS 259/04) está na pauta de votação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e conta com voto favorável do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Efraim pediu à comissão prioridade à matéria e disse esperar que ela seja aprovada já em agosto.

Conforme explicou o parlamentar, o projeto propõe o perdão de dívidas no valor total originalmente financiado de até



Proposta contempla produtor de município em situação de emergência ou calamidade, diz Efraim

R\$ 35 mil contraídas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e cooperativas e associações que reúnem esses trabalhadores.

Ele acrescentou que a proposta beneficia apenas os produtores que tiveram perdas de safras provocadas por alterações climáticas, como estiagem, inundações e geadas, nos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo governo federal.

A proposta, segundo Efraim, trata também da renegociação de dívidas no valor total originalmente financiado de até R\$ 75 mil, de produtores atingidos pelos mesmos problemas climáticos.

Em apartes, os senadores José Agripino (PFL-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram o pronunciamento do colega paraibano.

## Ideli denuncia uso eleitoreiro da estiagem em SC

O quarto ano consecutivo de estiagem no Sul do Brasil está servindo de disputa político-partidária em Santa Catarina.

A denúncia foi feita pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que acusou o governo estadual de mentir à população quando diz que os repasses emergenciais prometidos pelo ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, para amenizar a situação, não foram liberados por descaso do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a senadora petista, ao contrário do que o governador de Santa Catarina diz, os R\$ 10 milhões anunciados pelo ministro para ajudar o estado só não foram liberados por incompetência do próprio Executivo estadual.

Ela explicou que, apesar de Pedro Brito ter prometido os recursos no dia 12 de maio, so-



Governo estadual é responsável por atraso de auxílio federal, afirma Ideli

mente em 20 de julho o governo catarinense enviou a documentação necessária para o repasse do dinheiro.

– O pior é que, além de gastar mais de dois meses para elaborar um plano de utilização dos recursos, o governo ainda preencheu a

documentação de forma errada e nem sequer a pessoa responsável pela assinatura dos documentos, o governador do estado, foi quem assinou. O que me deixou mais pasma é que o plano enviado ao Ministério da Integração Nacional só prevê a utilização de R\$ 5 milhões, em vez dos R\$ 10 milhões oferecidos pelo ministro – afirmou.

Ideli Salvatti acrescentou que, se o governo de Santa Catarina fizer corretamente sua "lição de casa", os recursos poderão ser liberados rapidamente, uma vez que o presidente Lula teria antecipado sua disposição de editar uma medida provisória para fazer o repasse de imediato.

Segundo a senadora, as verbas serão utilizadas para a construção de cisternas, açudes e poços artesanais.

## Museu do Senado

Uma história de arte



O Senado Federal possui um museu para lembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.

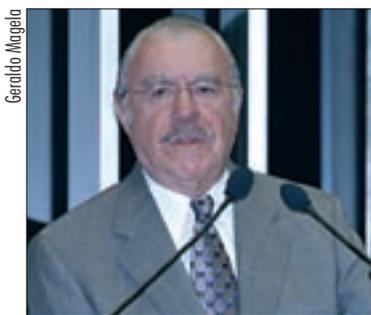
2ª a 6ª feira  
Manhã - 9h30 às 11h30  
Tarde - 14h30 às 17h30

Sábados, domingos e feriados  
10h 11h 12h 13h 14h

Informações: 3311-4331/4029

Museu do Senado

www.senado.gov.br



De acordo com Sarney, governo estadual criou órgão de espionagem oficial

## Sarney protesta contra "espionagem de Estado" no MA

José Sarney (PMDB-AP) protestou ontem contra o que classificou de "espionagem de Estado", referindo-se à proliferação de denúncias, a seu ver engendradas em gabinetes nos executivos estaduais e municipais, com vistas a prejudicar adversários políticos nas eleições de outubro.

Conforme o senador, o governo do Maranhão criou inclusive um órgão de espionagem oficial para investigar seus adversários e denunciá-los, com o objetivo de colher frutos eleitorais. Ele lamentou que as novas tecnologias de invasão de privacidade façam com que desapareçam as liberdades individuais, sem que haja providência por parte da Justiça ou dos órgãos competentes.

## Tuma pede que Polícia Federal investigue "grampos"

Romeu Tuma (PFL-SP) solidarizou-se com o senador José Sarney (PMDB-AP) e com a candidata ao governo do estado do Maranhão Roseana Sarney (PFL-MA), que teriam sido vítimas de invasão de privacidade por meio de "grampos" telefônicos "a serviço de facções políticas".

– É inadmissível que isso ocorra com qualquer homem público – disse o senador, ao comunicar ao Plenário representação feita à Polícia Federal para que os fatos sejam investigados, e acentuou a necessidade de se controlar a propagação dos "grampos".

### Líbano

A situação do Líbano, que vem sofrendo ataques de tropas israelenses nas últimas semanas, também foi lembrada pelo senador Romeu Tuma. Ele destacou a situação dos cidadãos brasileiros em férias naquele país, e lamentou que a "vida humana não valha mais nada". Os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) se solidarizaram com as vítimas do conflito.

Senador ressalta que, 50 anos depois da publicação do poema, "a situação do Nordeste melhorou, mas ainda está muito aquém do que poderia"

## Maciel destaca cinquentenário da obra *Morte e Vida Severina*

Marco Maciel (PFL-PE) saudou ontem o cinquentenário de publicação de *Morte e Vida Severina*, do poeta, diplomata e crítico literário pernambucano João Cabral de Melo Neto. O poema, como lembrou Maciel, trata da pobreza, na circunstância nordestina.

– Cinquenta anos depois, a situação no Nordeste melhorou, mas ainda está muito aquém do que poderia. João Cabral, no entanto, não deixa morrer a esperança de um país menos injusto e mais homogêneo desenvolvido – disse o senador.

Maciel destacou que a figura do retirante em fuga do árido sertão rumo à cidade grande "em busca de justiça", numa jornada com surpresas nem sempre



Poema de João Cabral trata da pobreza, na circunstância nordestina, lembra Marco Maciel

desejáveis, é uma constante na obra de João Cabral. Segundo o parlamentar, o retirante representava, mais que a preocupa-

ção social do autor, o essencial da condição humana.

– Daí a sobriedade requerida pelas profundezas da alma, na tentativa de decifrar o enigma do homem – disse ele, citando João Cabral.

O poeta pernambucano nasceu em 1920. Em 1988, João Cabral de Melo Neto passou a ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras e ao longo de sua vida recebeu diversos prêmios. Faleceu em 1999. Em seu discurso,

Marco Maciel foi apertado pelos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP).

## O poeta diplomata João Cabral de Melo Neto

O poeta João Cabral de Melo Neto (1920-1999) pertencia a uma das mais tradicionais famílias de Pernambuco – era irmão do historiador Evaldo Cabral de Mello e primo de Manuel

Bandeira e Gilberto Freyre.

A obra do pernambucano é conhecida pelo rigor estético dos versos e foi reconhecida com o Prêmio Camões, o Neustadt International Prize for

Literature e o Prêmio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana. João Cabral de Melo Neto viajou por muitos países como diplomata e nutria especial afeição pela Espanha.

## Paulo Octávio cobra metas do Plano Nacional de Educação

Ao lembrar que o Manifesto dos Senadores pela Educação, lançado no ano passado, foi um marco importante na defesa da educação pública de qualidade, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu um pacto nacional para exigir o cumprimento integral das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Congresso em 2000. Ele afirmou que a educação deve ser vista não como problema, mas como solução para o Brasil.

– É preciso que políticos, empresários, pais e educadores se mobilizem para cobrar o cumprimento das metas fixadas no PNE, sempre com o objetivo maior de garantir a tríade de acesso, permanência e qualidade nas três etapas da educação básica. Não queremos minimizar os esforços feitos em prol da educação superior, mas não podemos deixar de afirmar que sem uma educação básica de qualidade não se cons-



Paulo Octávio defende pacto nacional para exigir cumprimento integral dos objetivos do PNE

trói uma universidade decente – assinalou Paulo Octávio.

Para o senador, apesar dos esforços realizados nos últimos dez anos, mais de 3 milhões de crianças não têm acesso à educação obrigatória, e mais de 2 milhões de jovens entre os 15 e

17 anos estão fora da escola. Ele acrescentou que a qualidade do ensino também não é satisfatória. Um dos principais motivos, avaliou, seria a falta de valorização do professor.

Citando o PNE, Paulo Octávio disse que o país deve cumprir metas como atender pelo menos 50% das crianças em creches e matricular 80% em pré-escolas com padrão mínimo de qualidade. Todas as crianças e adolescentes, em idade própria, também devem estar matriculadas no ensino fundamental e, progressivamente, no ensino médio. Outro objetivo estipulado no PNE que precisa ser atingido, acrescentou, é o de que pelo menos metade dos jovens e adultos analfabetos seja integrada à educação básica.

## Homenagens a Tancredo, Havelange e Bibi Ferreira

O Senado aprovou, na semana passada, requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para a realização de sessão especial com o objetivo de lembrar a passagem dos 20 anos do falecimento do ex-presidente da República Tancredo Neves. A Mesa diretora escolherá uma data para a sessão, ocasião em que os oradores inscritos poderão homenagear a memória do ex-presidente.

Também foi acolhido requerimento para a realização de sessão especial em homenagem ao ex-presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa) Jean Marie Faustin Godefroid Havelange, ou, como é conhecido no Brasil, João Havelange. A solicitação foi apresentada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que ressaltou as muitas homenagens que Havelange já recebeu em diversos países nos 24 anos em que presidiu a entidade máxima do futebol mundial.

Outro pedido de homenagem aprovado, de iniciativa da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), propõe a realização de sessão especial para homenagear a atriz Abigail Izquierdo Ferreira, ou Bibi Ferreira, a grande dama do teatro brasileiro. Em sua justificativa, a senadora recordou que Bibi Ferreira, filha de artistas, estreou no palco com apenas 20 dias de idade nos braços da madrinha, numa cena da peça *Manhãs de Sol*, e que, além de atriz de inigualável talento, também é diretora, cantora e compositora de sucesso.

A senadora disse que a estréia profissional da atriz ocorreu em 1941, quando interpretou Mirandolina, na peça *La Locandiera*. Em 1944, continuou, montou sua própria companhia teatral, reunindo alguns dos nomes mais importantes do teatro brasileiro, como Cacilda Becker. Pouco mais tarde, iria para Portugal, onde dirigiu peças durante quatro anos, com grande sucesso.

– Na década de 60, vieram os sucessos dos musicais, como *Minha Querida Lady*, estrelado por Bibi e Paulo Autran. Bibi ainda participou, atuando ou dirigindo, de *Brasileiro*, *Profissão Esperança* (1970), *Gota D'Água* (1975) e *Piaf* (década de 80). Dirigiu ainda inúmeros programas de televisão e *shows* de artistas da música popular brasileira, como Maria Bethânia – assinalou Iris.